



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na segunda-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na segunda-feira	Últimos	Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
<div>0,29% São Paulo</div>	<div>0,09% Nova York</div>		R\$ 1.518	R\$ 6,222	14,90%	14,90%	
	<div>155.91026/11158.6111º/12</div>	<div>25/novembro5,37626/novembro5,33427/novembro5,35228/novembro5,335</div>					<div>junho/20250,24julho/20250,26agosto/2025-0,11setembro/20250,48outubro/20250,09</div>

CONJUNTURA

Mercado passa a prever inflação dentro da meta

Apesar do recuo das estimativas para o IPCA para menos de 4,5% em 2025, BC sinaliza que continuará cauteloso

» RAFAELA GONÇALVES
» RAPHAEL PATI

Em meio à desaceleração da economia por conta do aperto da política monetária, economistas do mercado financeiro voltaram a reduzir as projeções para a inflação deste ano. Conforme dados do mais recente Boletim Focus, divulgado, ontem, pelo Banco Central (BC), a mediana das estimativas dos economistas ouvidos pela autoridade monetária para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2025 recuou de 4,45% para 4,43%.

A nova projeção sinaliza que a inflação oficial deve encerrar o ano dentro do teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para 2025. A meta atual é de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, o que permite que o índice oscile entre 1,5% e 4,5%.

Contudo, analistas reforçam que os juros não devem cair neste ano. As estimativas para a taxa básica da economia (Selic) para a próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, que acontece na próxima semana, indicam juros estáveis em 15% ao ano. As declarações do presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, têm reforçado essa previsão, afirmando que a inflação “ainda não está cedendo como o esperado”.

Para 2026, a mediana das expectativas de alta dos preços caiu pela segunda semana consecutiva, passando de 4,18% para 4,17%, conforme os dados do Focus. E, para 2027 e 2028, as projeções permanecem estáveis em 3,80% e 3,50%, respectivamente.

Ed Alves CB/DA Press



Em evento da XP, em São Paulo, presidente do BC, Gabriel Galípolo, afirmou que a inflação não está caindo como o esperado pelo órgão

“As projeções do Focus para 2026 indicam que o mercado vê continuidade no processo de desinflação e, por consequência, menor necessidade de intervenção adicional na política monetária. O motivo por trás dessa leitura é a combinação entre inflação projetada em queda e percepção de estabilidade na atividade econômica”, avaliou Gabriel Padula, CEO do Grupo Everblue.

A mediana das estimativas do mercado para a taxa Selic no fim do ano que vem também foi mantida em 12% ao ano, assim como para

2027, que segue em 10,50% ao ano. Em 2028, porém, houve nova revisão para baixo, com a Selic projetada em 9,50% anuais, contra 9,75% na pesquisa anterior, marcando a segunda redução consecutiva para aquele ano.

Para analistas, a combinação de estimativas de inflação em desaceleração com a estabilidade dos juros desde junho no atual patamar reforça a percepção de que o Banco Central conseguiu conduzir, de forma eficaz, a ancoragem das expectativas do mercado.

A sinalização para 2026 reflete

a confiança do mercado na condução da política monetária, sustentada pela desaceleração da inflação e pela projeção de juros estáveis. É o que afirmou Edgar Araújo, CEO da Azumi Investimentos. “As projeções estáveis para 2026 indicam que o mercado enxerga a política do Banco Central como consistente e capaz de conduzir a inflação de volta à meta.”

O presidente do Banco Central ainda reconheceu que os recentes ajustes nas estimativas do mercado para a inflação deste ano refletem a estratégia do Copom, que

segue firme no objetivo de conseguir convergir a inflação para o centro da meta.

Conservadorismo

Em evento em São Paulo organizado pela XP Investimentos, ontem, Galípolo destacou que o cenário atual reflete o que ele chama de “mau comportamento das correlações” no ambiente macroeconômico e reforça a necessidade da autoridade monetária atuar de forma mais conservadora em relação aos juros. “Tudo

isso reforça uma postura humilde e conservadora por parte do Banco Central. Você tem que ser mais conservador. Se você não sabe muito bem o que está acontecendo, se tem alguma dúvida, o papel do Banco Central é ser um pouco mais conservador. Eu acho que é isso que a gente vem fazendo”, declarou.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a taxa de desemprego no trimestre móvel encerrado em outubro recuou para 5,4% e atingiu o nível mais baixo desde 2012, início da série histórica. E isso ocorre mesmo com a taxa de juros a 15% ao ano, o que, em tese, restringe a atividade econômica.

Apesar da queda recente da inflação nos últimos meses, Galípolo destacou que as projeções recuam bem menos do que o BC esperava quando iniciou a trajetória de alta da Selic. “Acho que qualquer país do mundo esperaria (uma inflação menor) com uma taxa de juros em um patamar restritivo com esse”, considerou.

“Esses mesmos dados demonstram que a gente não está onde o nosso mandato manda a gente estar”, acrescentou o presidente do BC, ao fazer uma análise sobre a inflação corrente alinhada à taxa de juros.

Galípolo ainda reforçou que o BC não se arrepende de ter promovido um aperto monetário mais restritivo no começo de 2025 e que a situação seria “bastante diferente” da atual, caso a taxa não fosse elevada a 15%. “O Banco Central vai estar sempre reafirmando que o mandato dele é esse: se precisa dar uma dose maior do remédio para dar efeito, ele vai dar”, frisou.

CB DEBATE

Desafios do progresso em meio às mudanças climáticas

» PEDRO JOSÉ*

A relação entre decisões urbanas, limites ambientais e transformações tecnológicas compõem o centro de debates atuais sobre desenvolvimento no momento atual, em que os desastres climáticos estão mais intensos e mais frequentes. O desenvolvimento sustentável é o resultado de uma boa combinação entre a preservação e a corrida pelo progresso, de acordo com especialistas.

Na avaliação de Alessandro Lopes, arquiteto e urbanista, mestre em Direito Ambiental e pesquisador de cidades inteligentes, observa que escolhas sobre ocupação e transformação urbana refletem impactos permanentes. Ele destaca ainda que o desenvolvimento econômico depende da leitura prévia dos limites ambientais e sociais que condicionam o território.

“O verdadeiro desafio nunca foi impedir o crescimento econômico, mas impedir que ele desgaste o território que o sustenta. Desenvolvimento que ignora limites ambientais e sociais não projeta futuro, o compromete. A definição do que deve permanecer exige mais do que ritos formais. Ela nasce da ciência, da escuta social e da sensibilidade territorial,” explica o arquiteto.

Lopes ressaltou que impactos

climáticos já provocam a revisão de políticas municipais. Segundo ele, algumas cidades têm feito os planos diretores, ampliado corredores ecológicos e atualizado normas de uso do solo para adequar ocupações aos ciclos naturais. “O clima deixou de ser cenário e tornou-se condicionante do desenvolvimento”, ressaltou.

As mudanças climáticas afetam diretamente as cidades e esses impactos estavam nas discussões entre vários prefeitos e representantes dos países que participaram da 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre mudanças climáticas (COP30), em Belém, no mês passado.

Para o especialista em direito ambiental, grandes obras mobilizam forças e interesses diversos da sociedade, dos governos e do setor privado. “Há interesses legítimos, como geração de emprego, logística e mobilidade. Há também pressões para acelerar processos, reduzir exigências ou tratar o estudo ambiental como mero protocolo. Mas a política não acompanha o ritmo dos ciclos naturais, tampouco o tempo das comunidades afetadas”, explica Lopes.

A visão do setor privado também aponta para a busca de equilíbrio. Washington Vasconcelos,

Freepik



Cidades inteligentes precisam se preocupar em evitar a degradação do espaço que ocupam

CEO da Yonder Incorporadora e Construtora, destacou que decisões do setor dependem da compatibilização entre retorno econômico e exigências legais. “É preciso ter equilíbrio, mesclando produtos,

onde o verde e a parte ambiental estejam presentes”, afirma.

Segundo Vasconcelos, grandes empreendimentos são definidos pelas condições do local e pelos impactos previstos. “O mais

importante nessas decisões é um conjunto: um mix entre VGV, localização e preservação ambiental”, destaca.

Ao ver do empresário, políticas públicas, por sua vez, evoluem

conforme os efeitos das obras. “Os impactos ambientais funcionam como um GPS do que deve ou não ser construído”, afirmou, citando licenciamento e exigências de sustentabilidade como condicionantes diretas de novos projetos.

Vasconcelos destaca, ainda, que os impactos ambientais influenciam diretamente as políticas públicas de desenvolvimento, principalmente na construção civil, que é a que mais transforma o todo ao redor das cidades. “Sempre que surgem problemas como excesso de resíduos, desmatamento, poluição ou construções, que mudam muito o ecossistema, o governo é obrigado a repensar e a criar novas regras que surtem em resposta a impactos observados em obras anteriores e funcionam como parâmetros para novas intervenções”, acrescenta.

Essas questões estarão no centro do debate promovido pelo **Correio** em 10 de dezembro de 2025, dentro do evento **CB Debate Desafios 2026: o protagonismo do Brasil** no cenário mundial. A programação inclui o painel “Entre a preservação e a corrida pelo progresso”. O evento contará com transmissão ao vivo a partir das 9h.

*Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel